

Rodrigues Sampaio e o “Governo dos Meninos”, Conferência apresentada por Paulo Jorge Fernandes (UAL)* – Recensão, por Rita Correia.

A projecção de uma caricatura de Rafael Bordalo Pinheiro sobre o “Governo dos Meninos”, extraída do jornal humorístico *António Maria*, a fazer de fundo, despistava qualquer dúvida quanto à origem da expressão. Paulo Jorge Fernandes (PJF) fez questão de assumir como sua a evocação visual, sublinhando a carga informativa da imagem: António Rodrigues Sampaio (ARS) encarna o mestre-escola, de idade respeitável, tendo à sua frente, três meninos sentados em banco corrido e vestidos com bibe e outro em pé, aparentando mais idade; noutra plano, reconhece-se Fontes Pereira de Melo. Um “retrato” do governo que toma posse em Setembro de 1881, sob a “liderança” de ARS, na qualidade de presidente do conselho de ministros.

Ainda antes de apresentar as restantes personagens da caricatura do mestre, PJF chamou a atenção para a actividade de ARS como governante, uma faceta menos conhecida, por comparação com a notoriedade que alcançou à frente de jornais como o *Espectro* e *A Revolução de Setembro*. Embora destituída do brilho e da energia que caracterizou o “Sampaio da Revolução”, a dimensão política de ARS não deve ser desprezada, sublinhou PJF.

Para contextualizar a formação do referido “governo dos meninos”, PJF recordou a trajetória política de ARS, após o golpe de Estado anti-cabralista do marechal Saldanha, em 1851. O amplo consenso inicial em torno do conceito de Regeneração rapidamente se desfez por força das diferenças quanto à forma de concretizar a reforma do país. ARS adere ao Partido Regenerador e, no seu interior, ainda efervescente de ideias diversas, aproxima-se da linha «fontista».

Em 1870, na sequência do golpe de estado do Duque de Saldanha, ARS assume a pasta do Reino num governo de «fusão» entre históricos e regeneradores. Uma experiência fugaz já que, como referiu PJF, ARS “era o homem errado, no local errado, à hora errada”: a ala esquerda do Partido Regenerador, do qual deveria ser representante no Ministério então formado, não o reconhece e contesta-o fortemente, levando-o à demissão.

No entanto, o afastamento foi também de curta duração, pois em 1871, forma-se um Ministério presidido por Fontes Pereira de Melo e ARS recebe novamente a pasta do Reino. Mas, a situação é agora diversa: trata-se de um governo monopartidário e, conseqüentemente, forte e estável, que se manterá por um tempo recorde: 5,5 anos. Estava iniciada a segunda fase do «rotativismo» político nacional.

* Conferência apresentada no âmbito do Ciclo de Colóquios **António Rodrigues Sampaio, Jornalista e Político**, II Colóquio: **Rodrigues Sampaio, Político e Governante**, 2.ª Comunicação (8 de Novembro de 2006, Biblioteca Museu República e Resistência – Espaço Cidade Universitária).

Foi tempo suficiente para ARS consolidar a sua fidelidade a Fontes Pereira de Melo e para a oposição histórica e reformista se fundir, constituindo uma alternativa política credível aos regeneradores: o Partido Progressista, formado em 1876, através do Pacto da Granja.

Em 1877, o desgaste provocado por uma tão longa manutenção no poder – alimentada por um investimento em obras públicas insustentável, que conduz à crise financeira – conduz ao afastamento do governo regenerador. O provérbio popular «em casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão» sintetiza o ambiente então vivido no país e no interior do próprio Partido Regenerador, e diz também das motivações do recuo tácito de Fontes Pereira de Melo que “cede” o poder a António José de Ávila.

Aparentemente afastado da vida política, Fontes Pereira de Melo pode dedicar-se ao seu Partido, ou melhor, aos que o contestam no seu interior. De facto, são perceptíveis **três facções políticas**: uma, mais **conservadora**, liderada pelo Conde do Casal Ribeiro; a dominante ou **oficial**, liderada por Fontes Pereira de Melo e onde alinhavam ARS, Serpa Pimentel, Andrade Corvo, entre outros; e outra, designada como “**radical**” que era liderada por Lopo Vaz de Sampaio e Melo. É desta última que parte a maior contestação interna às políticas de Fontes Pereira de Melo.

Quando, em Março de 1881, os regeneradores são chamados à governação, Fontes Pereira de Melo tem a sua estratégia bem estudada. Na agenda governativa figuram dois assuntos complexos e de forte capacidade mobilizadora da opinião pública: o **Tratado de Lourenço Marques** com a Inglaterra, cuja negociação, pelo ministro regenerador Andrade Corvo, provocara forte contestação e originara a demissão do governo regenerador (Maio de 1879); e o **imposto sobre o rendimento**, lançado para reequilibrar as sempre deficitárias contas do Estado, e que logo incendiara os ânimos da população. Duas “batatas quentes”, como referiu P.J.F., logo rentabilizadas pela propaganda republicana.

Um cenário pouco promissor, portanto, e que leva Fontes Pereira de Melo a resguardar-se, convidando ARS para dirigir o governo, não se coibindo porém de o aconselhar quanto ao restante elenco governativo. É neste quadro que se cria o “governo dos meninos”, com muitos estreantes, e do qual farão parte: Lopo Vaz de Sampaio e Melo (Fazenda), 32 anos de idade; Júlio de Vilhena (Marinha), 35 anos; Hintze Ribeiro (Obras Públicas), 31 anos; António José de Barros e Sá (Justiça); Caetano Pereira Sanches de Castro (Guerra); Miguel Dantas (Negócios Estrangeiros), 60 anos de idade, diplomata de carreira. A juventude e inexperiência do naipe ministerial são apenas os elementos caracterizadores mais óbvios. O mais significativo e revelador da argúcia de Fontes Pereira de Melo é que, na sua maioria, alinham pela facção “radical” dentro do Partido Regenerador, como sublinhou P.J.F.

Colocando no palco político os que se lhe opõem internamente, Fontes Pereira de

Melo resolve vários problemas: no imediato, **anula a oposição** e resguarda-se; a médio prazo, e no caso de os “meninos” se revelarem bons políticos, deslindando a melindrosa agenda que lhes entregou, antevê a sua provável **autonomização em relação ao Partido Regenerador** e, conseqüentemente, a criação de uma alternativa forte, mas conhecida e domesticável, ao Partido Progressista.

Uma manobra que põe a nu o pragmatismo “maquiavélico” de Fontes Pereira de Melo, mas que nada esclarece sobre ARS. Jornalista brilhante, político experiente, porque se presta às manobras políticas de Fontes Pereira de Melo? Estará a explicação na fidelidade política? A “ vaidade” de alcançar, ao fim de uma longa carreira como governante, o seu cargo mais elevado? A questão não teve resposta contundente, e provavelmente não terá nunca, mas é notório que ARS não tinha uma agenda própria quando assumiu o governo, sublinha PJF.

Esta última experiência ministerial de ARS é de curta duração: a 8 de Novembro de 1871, data coincidente com a da presente conferência, o governo cai. Sucede-lhe outro governo regenerador, desta feita liderado por Fontes Pereira de Melo, coadjuvado por alguns dos “meninos”.

Quanto a ARS, retira-se definitivamente da vida política, continuando a exercer o seu lugar de conselheiro no Tribunal de Contas. Morre em Sintra, em 1882.

Lisboa, 8 de Novembro de 2006.